

## ANEXO “III”

### DECLARAÇÃO DE PROCEDÊNCIA LEGAL E ORIGEM DE MADEIRA FORNECIDA CONFORME DECRETO ESTADUAL Nº 44.723/2008

*(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra)*

### DECLARAÇÃO

\_\_\_\_\_  
(Local e data)

À

Comissão Especial de Licitação – CEL

Prezados Senhores,

Em conformidade com o disposto no artigo 4º, do Decreto estadual nº 44.723, de 13 de fevereiro de 2008, que estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia / arquitetura contratados pelo Estado de Minas Gerais.

Eu, \_\_\_\_\_, R.G.nº \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, legalmente nomeado representante da Empresa  
\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ para o fim de qualificação técnica no procedimento licitatório, na modalidade CONCORRÊNCIA 001/2021, tipo menor preço, para a execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, para a **contratação de empresa de arquitetura / engenharia para a implantação dos 20 (vinte) postos de combustíveis nas unidades da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), compreendendo toda infraestrutura referente a pista de descarga, a abastecimento, cobertura, parte elétrica, sonda, terminal controlador de abastecimento TCA, civil, hidráulica, projeto de incêndio, levantamento planialtimétrico cadastral, teste de estanqueidade e aquisição de 20 (vinte) módulos de abastecimento**, declaro sob as penas da lei, que para a execução do objeto da referida Licitação somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos. 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, e no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal n.º 9.065/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida Lei.

Atenciosamente

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)  
(ENDEREÇO, SE INEXISTENTE NO PAPEL IMPRESSO)